

PROTOCOLO

Preâmbulo

Componente fundamental da realidade e vivência desportivas, o associativismo desportivo assume um proeminente papel na sua projeção e no seu desenvolvimento integrado, e exerce, em esfera de ação própria, uma função de reconhecido valor social, sendo, em muitos casos, única via de acesso à prática do desporto por parte de diferentes grupos de cidadãos.

Meio de acesso e suporte fundamental à atividade desportiva de largos estratos da população, as associações desportivas, enquanto forma organizada de participação de cidadãos na vida pública, constituem-se um elemento de importância significativa no processo de desenvolvimento sustentado do concelho de Ponte de Lima.

Entre a **Câmara Municipal de Ponte de Lima**, neste ato representada por Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, com domicílio necessário nos Paços do Concelho, em Ponte de Lima, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, pessoa coletiva de direito público número 506 811 913, e nesta qualidade outorgando em representação do Município, nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 35º, do Anexo I da Lei nº 75/13, de 12 de setembro e da deliberação da Câmara Municipal de 26 de setembro de 2016, como primeiro outorgante,

e

O **Clube Náutico de Ponte de Lima**, (adiante designado por C.N.P.L.), neste ato representado por Luís Capitolina, na qualidade de Presidente da Direção nesta qualidade outorgando em sua representação, pessoa coletiva 503 727 121, como segundo outorgante;

É celebrado o presente protocolo que resulta da consonância de esforços e de vontades no que respeita à promoção e ao desenvolvimento desportivo no concelho de Ponte de Lima.

1.ª CLÁUSULA (Objeto)

O presente protocolo visa:

- a) definir as bases de colaboração a desenvolver entre as partes para a realização da época desportiva/formativa;
- b) determinar os critérios de utilização das Instalações do Clube Náutico de Ponte de Lima;
- c) promover a limpeza e vigilância do Rio Lima e das atividades náuticas através da prática desportiva e recreativa como forma de ocupação dos tempos livres dos mais jovens incluindo o respeito pelo meio ambiente, como forma de proteção ambiental.

2.ª CLÁUSULA

(Deveres do 1º Outorgante)

São deveres do primeiro outorgante:

1- definir os apoios a atribuir ao C.N.P.L. com base nos seguintes critérios:

- a) Participação em modalidades desportivas coletivas;
- b) Participação em modalidades desportivas individuais;
- c) Participação oficial em competições desportivas de carácter regional;
- d) Participação oficial em competições desportivas de carácter nacional;
- e) Participação oficial em competições desportivas de carácter internacional;
- f) Número de atletas inscritos na federação respetiva;
- g) Número de modalidades praticadas;
- h) Número de atletas não federados;
- i) Tempo de atividade regular da entidade;
- j) Número de associados da entidade com situação de quotização regularizada;
- k) Representatividade e história da entidade;
- l) Regularidade da participação do C.N.P.L. em atividades promovidas pelo Município de Ponte de Lima.

2 – Transferir o subsídio conforme o acordado entre ambas as partes: os montantes pecuniários são repartidos em doze prestações mensais, e tem um valor total de 20.000,00€ (vinte mil euros).

3- Ceder as instalações do Clube Náutico, nomeadamente ginásio, pontão, balneários, tanque de remo, armazém, bar e zona administrativa, assim como as instalações do Pavilhão Municipal de Arca-Ponte de Lima, nomeadamente três salas existentes no 2º andar da ala sul, para o efeito de sala de ginásio para o período de inverno, ao C.N.P.L., a título gratuito.

4 - Suportar os custos relativos ao consumo de energia elétrica e de abastecimento de água, até os limites de 2000KW/mês e de 100m³/mês respetivamente.

5 - Assegurar a existência e manutenção de seguros de responsabilidade civil e contra terceiros do espaço em causa.

6- Assegurar a correta segurança e certificação dos equipamentos desportivos de acordo com o disposto na legislação em vigor e que lhe seja aplicável.

3.ª CLÁUSULA

(Deveres do 2º Outorgante)

São deveres do segundo outorgante:

1 - Entregar até à data fixada anualmente pelo executivo municipal, o programa de desenvolvimento desportivo ou o plano de atividades previsto para a época desportiva seguinte, devendo constar os seguintes elementos:

- a) A atividade desportiva a desenvolver, com referência expressa às modalidades, escalões etários e competições desportivas nas quais está previsto participarem, aprovada pelos membros da direção;
- b) Orçamento pormenorizado;
- c) Relatório de contas aprovado pelos membros do conselho fiscal do ano imediatamente transato;
- d) A relação nominal dos membros dos órgãos sociais.

2- Aplicar convenientemente os subsídios recebidos.

- 3 - Comunicar ao Município de Ponte de Lima a eleição ou alteração dos órgãos sociais, bem como a alteração do endereço social e outros contactos.
- 4 - Inserir a indicação "Apoio do Município de Ponte de Lima" na programação de todos os eventos que venha a organizar.
- 5 - Ceder material desportivo de que o C.N.P.L. é proprietário (nomeadamente canoas, pagaias e coletes de salvamento) para utilização em aulas de Jardins-de-infância e

Escolas do 1.º Ciclo do concelho de Ponte de Lima, desde que ministradas por técnico/professor credenciado.

- 6 - Ceder material desportivo de que o C.N.P.L. é proprietário (nomeadamente canoas, pagaias e coletes de salvamento) para o desenvolvimento de iniciativas de âmbito lúdico-desportivo que o Município de Ponte de Lima venha a desenvolver/participar, bem como os recursos humanos necessários na sua organização.
- 7 - Disponibilizar os técnicos ao seu serviço para ações de formação e de informação que a Autarquia venha a realizar/participar.
- 8 - Disponibilizar-se para a organização, participação e demonstração em eventos desportivos municipais.
- 9 - Promover ações públicas das suas atividades desportivas por solicitação do Município de Ponte de Lima.
- 10 - Seguir uma política de ocupação de espaços disponibilizados de forma a assegurar a durabilidade e boas condições dos mesmos.
- 11 - Promover a limpeza e manutenção das instalações, assim como a vigilância dos espaços cedidos.
- 12 - Desenvolver de forma contínua e dinâmica as modalidades desportivas que fazem parte dos seus estatutos e colaborar com o Município de Ponte de Lima na ocupação sadia dos tempos livres.
- 13 - Liquidar todos os montantes que venham a ser cobrados ao primeiro outorgante, acima dos valores estabelecidos para os consumos de energia elétrica e abastecimento de água, no n.º4 da cláusula 2ª do presente protocolo.
- 14 - Inserir a indicação "Apoio da Câmara Municipal de Ponte de Lima" na programação de todos os eventos que venha a organizar.
- 15 - Efetuar a limpeza das margens do Rio Lima, em locais onde os funcionários do Município não conseguem aceder.
- 16 - Proceder à remoção de algas/ervas que continuem a nascer no Rio Lima.
- 17 - Manter permanentemente ações de vigilância e denúncia de agentes poluidores, particularmente descargas ilegais de lixo diversos e o exercício de desportos motorizados, quer na água, quer nas margens do rio.
- 18 - Promover o corte e remoção de árvores afundadas e já sem vida.
- 19 - Organizar um dia de limpeza das praias fluviais e Rio Lima, com jovens do CNPTL.

4.ª CLÁUSULA

(Condições de cedência)

1. As instalações do Clube Náutico serão única e exclusivamente utilizadas nestes termos pelo C.N.P.L., não sendo permitida a sua subconcessão.



MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA
TERRA RICA DA HUMANIDADE

2. A infração ao disposto no número anterior implica a imediata cessação deste protocolo.

3. Constituem motivos justificativos para o cancelamento do protocolo, os seguintes:

a) Danos causados nas instalações (ginásio, pontão, balneários, tanque de remo, armazém e zona administrativa), no decurso da respetiva utilização pelos atletas ou responsáveis vinculados ao C.N.P.L.;

b) Utilização das instalações para fins diversos do estabelecido no presente protocolo - prática de atividades desportivas.

3. Todas as atividades a praticar dentro das instalações terão de ser ministradas por pessoa credenciada para o efeito, obrigando-se a C.N.P.L. a confirmar essa aptidão.

4. De acordo com a legislação em vigor, para frequentar instalações desportivas é obrigatório a realização de Exame Médico que habilite os atletas para a respetiva prática desportiva, sendo esse controlo da inteira responsabilidade do C.N.P.L..

5.ª CLÁUSULA

(Falsas declarações)

Caso o C.N.P.L. preste de forma intencional, falsas declarações com o intuito de receber montantes indevidos, para além de ter que devolver as importâncias indevidamente recebidas, poderá ser penalizado com a aplicação da suspensão de transferência de quaisquer importâncias, direta ou indiretamente, de valores, bens e serviços por parte do Município de Ponte de Lima, que poderá ser de um a cinco anos.

6.ª CLÁUSULA

(Período de Vigência)

O presente protocolo vigorará pelo período de um ano, renovando-se automaticamente, por períodos idênticos e sucessivos, caso não haja denúncia de qualquer das partes com sessenta dias seguidos de antecedência, por carta registada com aviso de receção ou pessoalmente, com efeitos retroativos à data do final do anterior protocolo.

7.ª CLÁUSULA

(Disposições finais)

O desconhecimento por parte dos outorgantes do presente protocolo não poderá ser invocado para justificar o não cumprimento das obrigações nele estabelecidas.

8.ª CLÁUSULA

(Norma revogatória)

Com a entrada em vigor do presente protocolo ficam revogadas todas as disposições que o contrariem.

9.ª CLÁUSULA

(Casos omissos)

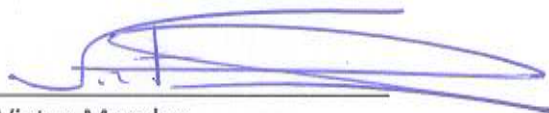
Todos os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal e da sua decisão não caberá recurso.

Este protocolo é lavrado em duas vias de igual teor, uma para cada um dos

outorgantes, e vai ser assinado pelos representantes anteriormente identificados, rubricando-se cada uma das páginas e ainda autenticado com selo branco pelo Município de Ponte de Lima e carimbado pelo C.N.P.L., ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.

Ponte de Lima, __ de abril de 2017,

O Presidente da Câmara Municipal,



Victor Mendes

O Presidente da Direção do Clube Náutico de Ponte de Lima,



João Gonçalves